

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

PRIMEIRA PARTE — CONTEXTUALIZAÇÃO

CAPÍTULO I — A FUNÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NOS SISTEMAS DO COMMON LAW E DO CIVIL LAW	11
1. Considerações gerais	11
2. Função desempenhada pelos precedentes no <i>common law</i>	13
2.1. Aspectos históricos do <i>common law</i> inglês	13
2.2. Estrutura e fontes do <i>common law</i> inglês	20
2.2.1. Jurisprudência	20
2.2.2. Outras fontes	23
2.2.3. Crescimento da legislação	27
2.3. O <i>common law</i> nos Estados Unidos da América	31
3. Função desempenhada pelos precedentes no <i>civil law</i>	38
3.1. Aspectos históricos	38
3.2. Estrutura e fontes	46
3.2.1. Lei	46
3.2.2. Outras fontes	47
3.2.3. Crescimento da jurisprudência	48
4. Aproximação entre os sistemas	52
5. Função desempenhada pelos precedentes no Brasil	54

CAPÍTULO II — A EFICÁCIA DOS PRECEDENTES

JUDICIAIS	61
1. Considerações gerais	62
2. Eficácia dos precedentes judiciais em geral	62
2.1. Precedentes com eficácia normativa	63
2.2. Precedentes com eficácia impositiva intermediária	64
2.3. Precedentes com eficácia meramente persuasiva	66
3. Relação entre os tipos de eficácia e a função desempenhada pelos precedentes	66
4. Justificativas para atribuição de efeitos normativos aos precedentes	69
5. Eficácia dos precedentes judiciais no controle de constitucionalidade brasileiro	74
5.1. Aspectos gerais do controle de constitucionalidade brasileiro	74
5.1.1. Aspectos gerais do controle concentrado e principal	74
5.1.2. Aspectos gerais do controle difuso e incidental	77
5.2. Eficácia dos precedentes no controle concentrado	77
5.2.1. Eficácia normativa	77
5.2.2. Possibilidade de superação	78
5.2.3. Cabimento de reclamação	79
5.3. Eficácia dos precedentes no controle difuso	79
5.3.1. Eficácia impositiva intermediária	80
5.3.2. Mutação do papel do Senado Federal e possibilidade de superação	89
5.3.3. Cabimento de reclamação	94
5.3.4. Eficácia impositiva intermediária interna ou horizontal	99
5.4. Súmula vinculante	101
6. Síntese dos tipos de eficácia dos precedentes judiciais brasileiros	104
6.1. Precedentes brasileiros com eficácia normativa	105
6.2. Precedentes brasileiros com eficácia impositiva intermediária	107
6.3. Precedentes brasileiros com eficácia meramente persuasiva	108

SEGUNDA PARTE — OPERAÇÃO COM PRECEDENTES NO COMMON LAW E NO BRASIL

CAPÍTULO III — DETERMINAÇÃO DA NORMA

EMERGENTE DOS PRECEDENTES JUDICIAIS	113
1. Considerações gerais	114
2. Determinação da norma emergente do precedente no <i>common law</i>	114
2.1. <i>Stare decisis</i>	116
2.2. <i>Holding</i> e <i>ratio decidendi</i>	118
2.3. Delimitação do <i>holding</i> : formulações necessárias à decisão	120
2.4. <i>Holding</i> x <i>rationale</i>	122
2.5. <i>Holding</i> x <i>obiter dictum</i>	125
2.6. Métodos utilizados na identificação do <i>holding</i>	127
2.7. Generalidade do <i>holding</i>	130
2.7.1. Definição da classe de fatos regulada pelo <i>holding</i>	131
2.7.2. Definição do <i>standard</i> jurídico emergente do <i>holding</i>	135
2.7.3. Teleologia da decisão	139
2.7.4. Incerteza	141
3. Determinação da norma emergente do precedente no Brasil	143
3.1. Principais aspectos distintivos	145
3.1.1. Precedentes proferidos no controle concentrado	145
3.1.2. Súmulas	147
3.2. Discussões enfrentadas no sistema brasileiro com paralelo no <i>common law</i>	148
3.2.1. Eficácia transcendente dos motivos determinantes x controle concentrado de constitucionalidade	148
3.2.2. Eficácia transcendente dos motivos determinantes x <i>holding</i>	155
3.2.3. Eficácia transcendente dos motivos determinantes x decisões proferidas em sede de controle difuso de constitucionalidade, súmulas e interpretação conforme a Constituição	157
3.2.4. Eficácia transcendente dos motivos determinantes x perspectiva teleológica e sistemática	162
3.2.5. Congruência entre as súmulas e os julgados em que se fundam	166

CAPÍTULO IV — EXPANSÃO E CONTRAÇÃO DA	
NORMA EMERGENTE DOS PRECEDENTES	
JUDICIAIS	175
1. Considerações gerais	176
2. Expansão e contração da norma emergente dos precedentes judiciais no <i>common law</i>	176
2.1. Eficácia vinculante das normas	178
2.1.1. <i>Substantive reasons</i> x <i>authority reasons</i>	179
2.1.2. Eficácia vinculante sob o prisma interno às normas	181
2.1.3. Eficácia vinculante sob o prisma externo às normas	186
2.2. Eficácia vinculante dos precedentes no <i>common law</i>	187
2.3. Expansão dos precedentes	189
2.3.1. Expansão inconsciente	189
2.3.2. Expansão consciente	190
2.4. Contração dos precedentes	201
2.4.1. Distinção entre casos	202
2.4.2. Distinção inconsistente	206
3. Expansão e contração da norma emergente dos precedentes judiciais no direito brasileiro	209
3.1. Eficácia vinculante das normas no direito brasileiro	209
3.1.1. Redefinição do teor da norma com base em elementos teleológicos	210
3.1.2. Redefinição do teor da norma com base em elementos sistemáticos	211
3.2. Expansão dos precedentes no direito brasileiro	212
3.3. Contração dos precedentes no direito brasileiro	213
3.3.1. Distinção em precedentes do controle concentrado	213
3.3.2. Distinção em súmulas	219
3.3.3. Distinção em precedentes do controle difuso	227
3.3.4. Distinção inconsistente	229
3.3.5. Um <i>standard</i> em formação?	231
 CAPÍTULO V — SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES	
JUDICIAIS	
233	
1. Considerações gerais	233
2. Superação dos precedentes judiciais no <i>common law</i>	234
2.1. Formas de superação	234
2.2. Hipóteses de superação	237
2.2.1. Precedentes contraditórios	239
2.2.2. Precedentes obsoletos em virtude de mutações sociais ..	240

2.2.3. Precedentes obsoletos em virtude de mutações jurídicas	247
2.2.4. Precedentes errados.....	249
2.3. Princípios gerais	250
2.4. <i>Standards</i> especiais.....	254
2.5. Eficácia temporal	261
2.5.1. Tipos de eficácia temporal.....	261
2.5.2. Fundamentos da eficácia retroativa.....	263
2.5.3. Fundamentos da eficácia prospectiva.....	264
2.6. Preferências pessoais dos magistrados e pressões políticas	273
3. Superação dos precedentes judiciais no Brasil.....	277
3.1. Superação de precedentes do controle concentrado.....	278
3.2. Superação de súmulas.....	281
3.3. Superação de precedentes do controle difuso.....	293
3.4. Eficácia temporal.....	298
3.4.1. Retroatividade e prospectividade	298
3.4.2. Eficácia transcendente dos motivos determinantes e renascimento de normas.....	302
3.5. Formas, hipóteses e princípios gerais	307
3.5.1. Formas de superação	307
3.5.2. Hipóteses de superação	308
SÍNTESE CONCLUSIVA	315
1. Proposições objetivas	315
2. Encerramento.....	329
REFERÊNCIAS	331